



MÉDIO TEJO
COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO

Ata n.º 02/2019

Data – 19 de novembro/2019

Início – 21h00

Local – Cidade de Tomar, na sede da CIM do Médio Tejo - Convento de São Francisco

Termo – 00h10

Presenças – Lista Anexa

ATA n.º 01/2019

Ao vigésimo nono dia do mês de novembro/2019 com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a reunião ordinária de novembro/2019 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia:

1. Aprovação das atas
2. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo;
2. Aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento;
3. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento da CIM do Médio Tejo para o ano económico de 2020 e respetiva autorização genérica;
4. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;
5. Intervenção do público ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do regimento.



Antes da Ordem do Dia:

O presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal deu as boas vindas a todos os presentes, dando conta das faltas e respetivas substituições indicadas por alguns dos senhores deputados, respetivamente: -----

Faltas e respetivas substituições: -----

NOME	SUBSTITUTO
Carlos Manuel da Silva Nunes – PSD de Vila de Rei António Ribeiro Gameiro – PS de Ourém	Hélder Jorge Dias Antunes – PSD de Vila de Rei Catarina Borges Faria – PS de Ourém



1. Aprovação das atas -----

O presidente de mesa questionou se algum dos senhores deputados pretendiam usar da palavra neste ponto. Não houve qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovadas por unanimidade. -----



Ainda no período antes da ordem do dia, o presidente da mesa deu conta de uma moção enviada, contudo fora dos prazos estipulados por lei, da deputada Joana Ramos do PSD do Sardoal sobre a Reforma do Sistema Eleitoral, moção esta votada por unanimidade na reunião da Assembleia Municipal do Sardoal. -----

A moção foi entregue em papel a todos os deputados e foi lida pela deputada, que se transcreve: "Quando discutimos a reforma do sistema eleitoral, usamos quase sempre como argumentos: o afastamento dos eleitores aos eleitos; a elevada abstenção resultante; aparente necessidade de diminuição do número de deputados na Assembleia da República. Estas premissas são importantes, verdadeiras e devem ser levadas em linha de conta, mas estão longe de ser as únicas e quem sabe, as mais determinantes para que se consiga efetivamente alterar o sistema eleitoral vigente. - Das análises realizadas nos últimos tempos sobre uma nova abordagem de representatividade política, realço que não existe em nenhum documento a sugestão de refletir na proporção entre território geográfico e população, num momento em que há uma miríade de entidades e organizações que "enchem a boca" para falar de território, coesão territorial, reorganização e descentralização. -----

Apesar de reconhecermos a urgência em debater a reforma eleitoral queremos ir mais longe e abrir a discussão à gritante assimetria que se verifica num mapa tão simples como este. -----

Queremos proceder à consciencialização da massa crítica que resiste no interior e numa fase posterior estender um inquérito a toda a população sobre a introdução de uma fórmula mais equilibrada de representatividade. -----

O sistema eleitoral em vigor com a sua natureza de proporcionalidade surgiu logo após o 25 de abril a té antes da constituição de 76, como tentativa de fazer refletir no parlamento o maior número de partidos e suscetibilidades resultantes da chegada da Democracia. -----

Portanto, a realidade político-partidária era totalmente diferente, a realidade socioeconómica também e a distribuição geográfica da população bom como as necessidades infraestruturais do território, também eram totalmente diferentes. -----

Com atual sistema eleitoral o número de deputados em cada distrito é proporcional ao número de eleitores e chegámos ao ponto do distrito de Portalegre, que é só o 6.º maior distrito em área geográfica com 15 concelhos, ter 2 deputados eleitos na Assembleia da República. -----

Todos estes distritos têm vindo a perder deputados em função da perda de eleitores, que migram para o litoral e que migram para o estrangeiro. Nas próximas eleições legislativas Lisboa e Porto poderão roubar um deputado a Viseu e Guarda. Acresce ainda que, como todos sabem, frequentemente aquando da leitura das listas, sobretudo dos 2 partidos centrais da democracia portuguesa, o cabeça de lista é uma figura nacional vindo do litoral, quase sempre Porto ou Lisboa, sem ligação aparente e comprovada ao distrito pelo qual vai ser eleito. -----

Como é que podemos reverter a inclinação do nosso país para o litoral e lutar contra o abandono do território e a falta de investimento privado e do estado no interior mantendo esta gritante falta de representatividade do território no interior desertificado? -----

Este será por ventura um dos maiores desafios que se coloca ao país, teremos que mudar desde o princípio e desde a génese do problema nem que para isso seja necessário alterar os pressupostos constitucionais apresentados como imutáveis. Não será suficiente, há que desburocratizar, descentralizar, regionalizar ou descomplicar processos, fazer de tudo para reequilibrar o país e de alguma forma conseguir diferenciar positivamente o interior e assim de geração em geração, reverter esta assimetria demográfica. -----

A assimetria demográfica compromete tudo nos territórios de baixa densidade, o investimento privado por falta de perspectiva de lucro e por ausência de mão-de-obra qualificada e não qualificada, o investimento do estado que por ausência de pessoas tende a ser dirigido para áreas com maior densidade populacional. -----

Se esta assimetria se mantiver e se acentuar nas próximas gerações, toda a massa crítica no litoral e nas grandes cidades, comprometendo o ensino, a saúde e logo a permanência nestes territórios desocupados. -----

Os territórios abandonados e desocupados são, além de um enorme desperdício, uma fonte constante de problemas que já se manifestaram com as calamidades que ocorreram nos últimos verões. -----

Com o atual rumo das coisas, o interior do país, a curto prazo, não será mais, aos olhos de alguns, do que "o quintal abandonado, cheio de mato e sem utilidade aparente". -----

É importante percebermos que a alteração do sistema eleitoral com a introdução dos círculos nominais, similar ao sistema eleitoral alemão, com complementaridade com círculos plurinominais, não altera a proporcionalidade e não acrescenta nenhuma representatividade ao interior em número de deputados na Assembleia da República em relação ao sistema que temos hoje. Este sistema misto não permite ao cidadão dar voto de preferência ou qualidade no círculo uninominal, ao deputado que quer que o represente, o que por si só é um incremento na melhoria da relação entre eleitores e eleitos, mas irrelevante na redistribuição quantitativa da representatividade entre territórios. Manteremos, portanto, a ausência de qualquer medida de reforço positivo e de reestruturação que espelhe a tentativa de reequilibrar a distribuição da população pelo território nacional e o exemplo terá de estar no palco e na origem da discussão democrática que é a Assembleia da República. -----

A reforma do sistema eleitoral é provavelmente, a reforma mais vezes adiada da democracia portuguesa. Passamos a vida a ouvir os líderes partidários a falar de coesão territorial e de reverter assimetrias demográficas, no entanto, mantemos por motivos exclusivamente de tactismo político um sistema eleitoral que comprovadamente não dá representatividade ao território e às agentes do interior. As pessoas estão cansadas de lutas, mas ansiosas de sinais que permitam devolver esperança a estes territórios. -----

Existem autarcas de excelência que gritam pelo interior e trabalham todos os dias para contrariar esta sina que parece irremediável, mas o seu trabalho demora muito para dar frutos e as pessoas perdem a paciência e a esperança e optam por sair e juntarem-se às massas. -----

A reforma do sistema eleitoral é consensual entre partidos centrais, defendida por politólogos e constitucionalistas de renome, mas não avança e o resultado está à vista. Quanto mais tempo e que nível mais de desertificação dos territórios de baixa densidade é preciso esperar para fazer algo, já se tentaram muitas coisas, mas com os resultados tem sido negativos de censos para census demográficos, teremos que dar representatividade a estes territórios como medida de diferenciação positiva e tentar de uma vez por todas, iniciar o repovoamento do interior de Portugal. -----

Esta moção tem como objetivo reavivar o debate sobre este assunto que tanto nos diz respeito, procurando entre outras Assembleias municipais e intermunicipais, bem como noutros fóruns de debate político, difundir esta perceção do problema e angariar apoios para que a Assembleia da República legisle e altere este paradigma que despreza o interior e por consequência prejudica o desenvolvimento de Portugal". -----

Terminada a leitura pela deputada, a dado que não poderá ser discutida, esta proposta deverá ser colocada na ordem de trabalhos da próxima reunião desta assembleia. -----

Intervenção de seguida, o deputado António Mor, do PS de Abrantes, que abordou a Central Termoelétrica do Pego por causa do seu fecho anunciado para o final de 2021. Mostrou-se preocupado com esta situação, comentando que devemos ser parte da solução e não do problema, dado que estão em cima da mesa uma série de constrangimentos que surgirão com uma situação destas, realçando empregos, entre outros, lançando o desafio para que a nível da sub-região do Médio Tejo se possa agir. Solicitou à mesa que lhe pudesse ser dada mais informação sobre esta matéria. -----

Logo de seguida, usou da palavra o deputado António José Simões, do PSD da Sertã. Intervenção sobre as acessibilidades da EN238, referindo um troço mau, com insistentes derrocadas, além do perigoso estado em que se encontra, podendo pôr em causa a qualidade da água da Albufeira de Castelo do Bode. Deu conta que na Sertã tudo continuarão a fazer para que se corrija este problema que já se arrasta há uns largos anos. -----

João Moura, deputado do PSD de Ourém, que fez a sua intervenção logo de seguida, elencou 3 pontos: -----

1. Solicitou um ponto de situação sobre os transportes coletivos, bonificações, qual o número de utentes que já beneficiaram deste serviço, qual o dispêndio financeiro e qual o resultado da operação a beneficiar e privilegiar o uso de transportes; -----
2. Central Termoelétrica do Pego, tendo tecido algumas considerações sobre a sua eventual reconversão, dando conta ter-se inteirado deste processo; -----

3. Necessidade de estudar alternativas ao aeroporto do Montijo. Deve ser feito um estudo de avaliação ambiental estratégica, onde deverão ser estudadas soluções alternativas, concorrentes ou complementares. Comentou que a CIM se deve afirmar quanto a Tancos propondo até a possibilidade da presença de técnicos e especialistas entendidos na matéria que possam de igual forma dar contributos. Sugeriu, por exemplo a realização de uma sessão temática neste âmbito, com políticos, técnicos e demais entidades ligadas ao tema.

João Tenreiro, deputado do PSD de Tomar, falou na criação de uma comissão de saúde a nível intermunicipal, dando conta que a autarquia de Tomar já tem uma comissão a nível municipal, e que era importante fazer esta interligação das questões da saúde ao nível da região. O presidente da mesa deu conta que o PSD deveria apresentar esta proposta para ser então debatida em sede desta assembleia. João Tenreiro afirmou que deveria ser uma proposta supramunicipal e entendia que deveria partir da mesa. Mais disse que a saúde não tem cor partidária. De igual modo, referiu a importância de uma assembleia intermunicipal só sobre as questões da saúde. Deixou duas questões à mesa, uma sobre o que está a ser feito no âmbito do Turismo, e outra sobre a Central de Compras -----

Rui Ferreira, CDU de Constância iniciou a sua intervenção referindo que muito se pode inverter a favor da interioridade. Por outro lado, alertou para as regras que devem ser muito bem definidas ao nível do ordenamento da floresta, caso contrário, continuamos a assistir ao “esvaziar-se” do interior. Ainda se referiu ao facto de se votar de forma contrária na Assembleia da República e na Assembleia Intermunicipal quanto à abolição das portagens no interior. -----

Hugo Costa, deputado do PS de Tomar, mostrou-se totalmente disponível para as propostas de realização de sessões sobre a saúde apresentadas pelo deputado João Tenreiro e sobre o aeroporto, bem como outros investimentos considerados importantes para a região. -----

José Alho, do PS de Ourém, também tece alguns comentários quanto aos vários assuntos já referidos. Dá conta que, no que diz respeito ao aeroporto do Montijo ser extemporânea uma discussão sobre uma decisão, que espera apenas o contraditório da ANA. Propõe que seja debatido/discutido o tema do aeroporto inserido numa discussão global numa lógica integrada e bem situada no tempo, e médio e longo prazo. -----

Terminadas todas as intervenções neste período da reunião, a presidente da CIM do Médio Tejo iniciou os seus esclarecimentos. Começou por dizer que qualquer unidade industrial seja ela qual for é importante para o território. Deu conta do trabalho aprovado por unanimidade na reunião do Conselho Intermunicipal desta CIM, de um trabalho de parceria com a Central Termoelétrica do Pego. Compete à Central perceber se é rentável ou não a questão da Biomassa. Sabemos que alguma transformação pode ser feita porque já têm máquinas para isso. A central vai permitir tirar rentabilidade da floresta, criar postos de trabalho porque se cria toda uma fileira neste âmbito. ----

Quanto à EN 238, tem conhecimento do quanto perigosa está e no estado em que se encontra. Referiu que foi já alvo de uma tomada de posição nossa em sede de reunião do Conselho Intermunicipal, já assinalada no PNI – Plano Nacional de Investimentos. Trata-se de uma estrada que em matéria de fundos comunitários não há qualquer perspectiva, contudo continua sempre a ser sinalizada junto da tutela competente nesta matéria. -----

Fez um breve balanço do PART – Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos, com cerca de 4 mil títulos comparticipados em termos rodoviários e ferroviários e no âmbito do Transporte a Pedido, informação remetida na atividade da CIM do Médio Tejo. -----
No âmbito do Turismo, deu conta da articulação que tem vindo a ser feita com a Entidade Regional Turismo Centro de Portugal. -----

Ordem do Dia

1. Informação da Atividade da CIM do Médio Tejo -----

O presidente da mesa solicitou à presidente do Conselho Intermunicipal que efetuasse a sua apresentação relativamente a este ponto. -----

A presidente iniciou a apresentação fazendo um ponto de situação do PDCT – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM do Médio Tejo, que foi reprogramado a 7 de

junho/2019, tendo o valor contratualizado de 56.057.704,29€. A dotação de fundo atual contratualizado com o Centro 2020: 53.946,304,27€ - dos quais 39.372.730,36€ dizem respeito a operações alvo de delegação de competências nesta CIM e o diferencial corresponde aos projetos intermunicipais, respetivamente: Médio Tejo Online 2020 e Médio Tejo – Desenvolvimento Territorial Estratégico – 1.ª fase, Rotas e Percursos, PEDIME, Unidades Móveis de Saúde, Fruição Cultural e Inclusão Social. -----

Encontram-se aprovados 21 projetos municipais; SIE com 127 candidaturas aprovadas e 37 projetos por aprovar. -----

No âmbito das Rotas e Percursos em Património Natural esclareceu que a provação de reprogramação da candidatura foi efetuada em maio de 2019, com extensão do prazo até ao final de 2019: -----

Intervenções municipais – inclusão de novas ações de valorização do património designadamente Rota das pesqueiras e das Lagoas (Mação); Passadiço do Agroal (Ourém) e Rota do Almonda (Torres Novas). -----

Intervenções intermunicipais – implementação de sinalética dos percursos pedestres complementares à GR do Zêzere e continuidade da GR Tejo e GR do Carso. -----

O Projeto Caminho teve lugar a última edição em outubro passado - Caminhos da Pedra e envolveu as CM do Entroncamento, Ourém, Sardoal, Sertã, Torres Novas e VN Barquinha. Este projeto tem continuidade em 2020, sendo o último ano. No âmbito cultural, arranca um novo projeto em 2020 – “Cultura para Todos”, que envolve as autarquias e a participação das comunidades locais. -----

Relativamente aos Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal – 3 eixos de intervenção, esclareceu que foi aprovada a reprogramação da candidatura em julho passado que prevê as seguintes principais alterações: -----

- Incorporação no eixo turístico náutico (Castelo do Bode) dos investimentos em curso no que se refere à elaboração do Plano de Ação da ENCB; -----
- Considerar a realização dos eventos de animação de Castelo do Bode; -----
- Desistir da atividade “Wakeboard Stand”, devido aos elevados orçamentos apresentados, complicada logística inerente; -----
- Ajuste de montantes de investimento em várias ações; -----
- Extensão do período de execução da candidatura até final de junho 2020. -----

Foram referidos os 3 eixos: -----

Turismo Náutico – Castelo de Bode | Wakeboard realizaram-se as seguintes ações: -----

- Welcome to Castelo de Bode -----

- Wakeboard Open Days -----

Turismo Religioso – StayOver Fátima-Tomar -----

- Decorreu entre 15 de abril e 15 de setembro; -----

- Alcançou 22 hotéis; 14 espaços de Turismo em Espaço Rural, 22 alojamentos locais; 58 alojamentos; 18 espaços culturais; 10 equipamentos desportivos; 22 empresas de animação e 11 restaurantes e 5 lojas -----

Turismo Cultural -----

- Aquisição da versão 2.0 da APP Descubra. 5 Municípios que já se encontram com esta versão (Abrantes, Ferreira do Zêzere, Sertã, Sardoal e Vila de Rei), os restantes Municípios já estão em condições de efetuar a migração dos conteúdos para esta nova versão 2. -----

No âmbito do processo Estação Náutica de Castelo do Bode em curso a nível nacional e que visa o desenvolvimento, promoção e certificação de EN em Portugal, a ser implementado pela Fórum Oceano, a CIM do Médio Tejo apresentou uma candidatura em 2018. -----

- CIM do Médio Tejo foi já certificada e conta já com 72 parceiros diversos; -----
- Têm decorrido várias reuniões com os Grupos de Ação Local de modo a serem recolhidos contributos para o Plano de Ação que está a ser elaborado para a ENCB -----
- Em fase de preparação de uma brochura informativa para divulgação do que é a ENCB, de quais os parceiros que a integram. -----
- No passado dia 12 de novembro a CIM participou no I Encontro da Rede de Estações Náuticas que teve lugar na Alfândega do Porto. -----

Quanto ao projeto da Educação de excelência, esclareceu que está em curso um plano inovador de combate ao insucesso e abandono escolar que assenta em diversos objetivos: -----

- Redução do insucesso e da retenção escolares concretizando o princípio da equidade educativa pelo desenvolvimento de ações de apoio às crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem; --

- Redução do abandono escolar precoce pelo acesso a vias diferenciadas de educação e formação e pela adequação dos perfis de formação às oportunidades de inserção no mercado de trabalho; ---
- Promoção do sucesso escolar pela generalização de estratégias que qualifiquem as aprendizagens e valorizem os resultados; -----

- Promoção da cultura científica, das artes e das competências metacognitivas (desenvolvimento de maneiras de pensar os problemas) desde o pré-escolar até ao ensino secundário; -----

- Diversificação e coordenação das ofertas profissionalizantes de forma a adequá-las às oportunidades e necessidades do mercado de trabalho. -----

A primeira fase do projeto, aprovada através da candidatura PEDIME Médio Tejo – Fase 1, decorreu até 30 de outubro de 2019, abrangendo os anos letivos 2016/2017; 2017/2018 e 2018/2019, com um valor de investimento de cerca de 4 milhões de euros entre ações de âmbito intermunicipal promovidas pela CIM do Médio Tejo e ações de âmbito municipal executadas por cada um dos Municípios, em articulação com os Agrupamentos de Escolas e outros parceiros do projeto. -----

Recentemente foi aprovada reprogramação do PEDIME Médio Tejo – Fase 1, de modo a ajustar o planeamento financeiro da candidatura aos valores efetivamente executados, libertando-se a dotação não executada para incorporação na dotação prevista para a segunda fase do projeto, que arranca no ano letivo 2019/2020 e abrange 3 anos letivos. -----

Projeto MARIA foi aprovado em fevereiro de 2018 tendo como objetivo desenvolver respostas para a problemática da violência doméstica e de género em todos os Municípios da nossa região. -----

Várias atividades têm sido desenvolvidas neste âmbito: -----

- Estruturas de apoio e atendimento em 10 concelhos a vítimas de violência doméstica (Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar e Torres Novas) --

- Iniciativas de sensibilização através da realização de ações de formação -----

- Preparação e Edição de Materiais Formativos e Informativos | Realização de workshops diversos.

Foram estabelecidos protocolos de colaboração para a igualdade e Não Discriminação com 12 dos 13 municípios (à exceção de Constância) como a CIG – Comissão para a Igualdade de Género – a assinatura deu-se em Vila de Rei a 7 de junho, com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro.

Em relação aos transportes - Melhoria da Mobilidade e no que diz respeito ao Transporte a Pedido – TAP deu conta do seguinte: -----

➤ Atualmente o serviço está em operação em todos os concelhos à exceção do concelho do Entroncamento; -----

➤ No 1.º semestre de 2019 já foram transportados cerca de 8.760 passageiros e percorridos cerca de 45.400Kms; -----

➤ Nos últimos meses entre abril e setembro/2019 verificou-se um aumento de 46% em relação ao equivalente período do ano anterior; -----

➤ Encontram-se a decorrer os trabalhos de operacionalização o novo serviço do transporte a pedido – designado LINK – que permite a melhoria da mobilidade da população nas ligações entre cidades do Médio Tejo, em complemento aos serviços existentes de transporte regular de passageiros e aos serviços de transporte a pedido de âmbito municipal, com criação de dois circuitos de ligações rápidas entre Abrantes – Tomar – Ourém – Fátima e Abrantes – Entroncamento – Torres Novas – Fátima. As tarifas deste novo serviço de transporte a pedido beneficiam de redução tarifária no âmbito do PART, com custo de bilhete a variar entre 3€ e 4€ para todas as ligações entre as cidades.

No que diz respeito à Autoridade de transportes a presidente deu conta das várias reuniões de trabalhos conjuntas realizadas com a VTM Consultores e A.R. Montalvo & Associados para estabilização da proposta final das peças contratuais do procedimento, para posterior submissão dos documentos à Autoridade de Mobilidade e Transportes para parecer prévio, com apoio da A.R. Montalvo & Associados na fundamentação jurídica da concessão e revisão dos contratos interadministrativos de delegação de competências CIM do Médio Tejo/Municípios. -----

No âmbito do PART, foram celebrados contratos interadministrativos com o Estado, CIMs envolventes e contrato/protocolo de operacionalização do PART com os operadores de transportes da região, de modo a operacionalizar as seguintes medidas de redução tarifária: -----

- Desconto de 40% no valor pago pelo passageiro nas assinaturas mensais dos serviços de transporte público da região, quer no modo ferroviário (serviço inter-regional e regional) como no modo rodoviário (assinaturas de linha). -----

- Desconto nas assinaturas dos serviços de transportes urbanos dos Municípios de Abrantes, Entroncamento, Tomar e Torres Novas. -----

- Desconto global de cerca de 47% nas tarifas do Transporte a Pedido. -----

Até ao momento foram comparticipados cerca de 4.022 títulos do serviço ferroviário (média mensal de 804 títulos e comparticipação média mensal de 42.970,00€), 4.314 títulos do serviço rodoviário realizado pela Rodoviária do Tejo (média mensal de 574 títulos e comparticipação média mensal de 11.882,00€ para as assinaturas de linha) e 4.394 títulos dos serviços de transportes urbanos de Abrantes (média mensal de 315 títulos e comparticipação média mensal de 1.527,00€), Tomar (média mensal de 170 títulos e comparticipação média mensal de 1.400,00€) e Torres Novas (média mensal de 333 títulos e comparticipação média mensal de 1.585,00€).

Encontram-se a decorrer os trabalhos de preparação do Plano de Dotação do PART no Médio Tejo para o ano de 2020.

Relativamente à Candidatura do Cadastro, foi aprovada em agosto de 2016 e alvo de uma reprogramação financeira, com valor de fundo de coesão de 674.724,64€

➤ A candidatura operacionalizada por 3 ações

- Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes em baixa abastecimento de águas (AA) e saneamento de águas residuais (SAR) e Software de utilização e manutenção do SIG;
- Elaboração de ortocartografia à escala 1:2000;
- Conetor de interligação do sistema de gestão de clientes (CRM) com o sistema SIG

Estima-se o levantamento de 1809 Km e 1101 Km de abastecimento de águas- AA e saneamento de águas residuais - SAR, respetivamente, contribuindo assim para a informação e localização de cerca de 43699 contadores e 14305 caixas de visita.

No âmbito da eficiência hídrica, para efeitos da constituição de entidade agregada no âmbito da gestão das águas, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos, foram realizadas as seguintes ações:

- Apoio na tramitação dos vários procedimentos para a constituição da entidade agregada, nomeadamente:

- ✓ Realização de estudo de diagnóstico e plano de ação inerente às perdas de água
- ✓ Análise de modelos de gestão de agregação e necessidades para a sua constituição
- ✓ Visto do tribunal de contas
- ✓ Apoio na submissão de candidaturas ao POSEUR para operacionalização dos investimentos previstos no plano de investimento da entidade agregada: --
 - Operações promovidas por entidades gestoras agregadas no âmbito do fecho de sistemas de saneamento e redução da poluição urbana nas massas de água
 - Controlo de perdas de água – eficiência hídrica

A Constituição da Empresa Intermunicipal – Tejo Ambiente efetivou-se em 1 de julho.

Terminados os esclarecimentos, o presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal prossegue a reunião, passando a palavra aos deputados que se pretendam inscrever para obter esclarecimentos.

Deputada Joana Ramos, PSD do Sardoal, questionou a presidente desta CIM para saber se existem mecanismos de monitorização dos impactos dos investimentos feitos, nomeadamente a nível da educação e a nível cultural.

Rui Ferreira, CDU de Constância questionou a presidente sobre os gabinetes de saúde oral previstos instalar nas unidades de saúde dos concelhos do Médio Tejo, pretendendo saber se estará um médico dentista em permanência.

João Moura, PSD de Ourém, colocou algumas questões sobre o LINK não tendo percebido muito bem quem faz as ligações entre cidades. Uma outra questão referida foi a ligação do IC9 à A1 que não existe realçando este deputado a possibilidade de se unirem esforços para possível resolução/reivindicação deste assunto.

José António Almeida, PSD de Mação, dá conta que o agrupamento Verde Horizonte é que tem assumido o apoio do transporte dos alunos do concelho e dos concelhos limítrofes que ali estudam.

Terminadas as intervenções a presidente do Conselho Intermunicipal presta os seguintes esclarecimentos:

- Não existe ainda monitorização ao nível cultural, contudo, ao nível da educação contamos com o apoio da Universidade de Aveiro;

- No âmbito da saúde oral estão estabelecidos protocolos para que as autarquias possam ser ressarcidas das verbas gastas;

- Postos de carregamento, os municípios estão em contato com a Mobi.E.



2. Apreciação e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento

O presidente da mesa da mesa propôs a alteração à redação a este ponto, para apreciação e votação da 2.ª revisão ao orçamento, o qual foi aceite por todos.

A presidente do Conselho Intermunicipal deu conta que a realização da presente revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2019 (OPO's 2019), surge em virtude e após uma análise efetuada à execução orçamental, se ter verificado a existência de grandes desvios face ao inicialmente previsto/estimado. Desvios esses, provocados, principalmente, pelos atrasos registados na abertura dos avisos de concurso do Portugal 2020, nomeadamente no que concerne às prioridades de investimento (11,2 e 9.1) contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT referentes a candidaturas intermunicipais, como sejam nas áreas da inclusão social, modernização administrativa.

É de referir, igualmente, que estes desvios se devem à própria execução de candidaturas aprovadas cujos valores de adjudicação, resultantes de procedimentos de contratação pública, ficaram abaixo dos valores inicialmente previstos e/ou aprovados.

Relativamente ao projeto Afirmção Territorial do Médio Tejo e Educação Excelência no Médio Tejo ajustaram-se os valores tendo em conta os valores efetivamente contratados que ficaram abaixo das estimativas iniciais.

Relativamente ao projeto – Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial, existem montantes previsto para o ano de 2019 que não foram executados, esta situação foi motivada por várias razões, designadamente: atraso na execução de projetos adjudicados, designadamente no âmbito da aprovação dos trabalhos entregues no que respeita aos trabalhos desenvolvidos pelo fornecedor, na execução de ações de divulgação, comunicação e sensibilização em matéria das adaptações às alterações climáticas junto do público infantil. Atrasos verificados no âmbito do levantamento da rede pluvial, pela dificuldade no levantamento desta rede que muitas vezes gera confusão com a rede de saneamento.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



3. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento da CIM do Médio Tejo para o ano económico de 2020 e respetiva autorização genérica

A presidente da CIM começou por referir que as Opções do Plano e Orçamento refletem o pleno funcionamento dos mecanismos de apoio ao Portugal 2020, nomeadamente a reprogramação financeira proposta do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM do Médio Tejo, ao PO Regional do Centro 2020. Pretende-se a concretização de um conjunto de projetos intermunicipais de dimensão relevante que permitam o fortalecimento da rede de governação integrada.

Deu conta dos objetivos estratégicos que são 5.

Fez um breve resumo do orçamento para 2020:

Receita	8 374 941,00 €	100%	Despesa	8 374 941,00 €	100%
Corrente	6 536 786,00 €	78%	Corrente	6 535 446,00 €	78%
Capital	1 838 155,00 €	22%	Capital	1 839 495,00 €	22%

No que diz respeito aos projetos e atividades, fez um ponto de situação da estratégia 2014-2020, bem como da estratégia para 2021-2027. Referiu que é intenção:

- Revisitar a Estratégia de Desenvolvimento Territorial da Região do Médio Tejo para o período de programação comunitária 2014-2020 promovendo a sua atualização/ enquadramento nas políticas públicas nacionais e regionais;

- Realizar e/ou atualizar o diagnóstico territorial da Região do Médio Tejo;

- Auscultar os agentes económicos e sociais; -----
- Incluir na elaboração da Estratégia da Região do Médio Tejo uma dimensão urbana; -----
- Alinhar/ancorar a nova Estratégia de Desenvolvimento Territorial da região do Médio Tejo com a Estratégia Regional da NUT II – Centro; -----
- Construir um plano de desenvolvimento estratégico, bem como um plano de ação para a Região do Médio Tejo. -----

Fez ainda um breve ponto se situação sobre alguns dos projetos mais emblemáticos, não sendo muito exaustiva. -----

Defendeu a proatividade em prol do território, focando na revisitação da estratégia. No âmbito da afirmação territorial do Médio Tejo esclareceu que se encerra um investimento em 2020 de cerca de 1 milhão e 72 mil euros, num horizonte temporal de 2000-2022. No âmbito da melhoria da mobilidade um investimento de 2 milhões de euros. No âmbito do transporte a pedido, foi focado o LINK. -----

Para terminar deu conta de uma deslocação a Bruxelas por parte da presidência e vice-presidência desta CIM que decorreu na semana aberta da Regiões para a preparação e inteirarem-se sobre o próximo quadro comunitário de apoio. -----

Não havendo mais nada a acrescentar, o presidente da mesa pediu aos deputados que se pretendessem inscrever que o fizessem para tecer as suas considerações nesta matéria. -----

Deputada Joana Ramos, PSD do Sardoal, deu os parabéns à CIM pelo envolvimento e articulação com os parceiros IPT e Nersant destacando a importância da economia circular. -----

Deputado Paulo Macedo, da CDU de Tomar referiu a página 134 do documento onde é mencionado o orçamento de 8 milhões para 2020 muito superior ao do ano passado. Referiu a taxa de execução ser muito baixa. Questionou como irá ser então a taxa de execução para este novo orçamento de 8 milhões, tendo em conta que o outro se referia a 6 milhões e já era baixa. -----

Rui Ferreira, CDU de Constância, também referiu estar de acordo com as parcerias entre IPT e Nersant, que são de facto fundamentais. Considera de igual modo importante que o poder político deve acompanhar este processo e deve estar ao corrente do que sai destas reuniões. Mostrou-se preocupado com as orientações da EU, dando conta que as políticas de coesão se perspetivam à sua extinção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria com 3 abstenções da CDU.



4. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;

O senhor presidente da mesa da Assembleia comentou tratar-se de um documento que por via do que decorre da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal. -----

Deliberação - Os deputados tomaram conhecimento do seu conteúdo



5. Intervenção do público ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 49 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do regimento -----

Não havendo mais intervenções, nem se confirmando a presença de público na sala o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu como encerrada a sessão. -----



O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo

(José Manuel Paulo Trincão Marques)

A Redatora

(Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade)